

O SABER E O ATO*

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i33p207-212>

Antonio Candido de Mello e Souza^I

Agradeço as palavras do Professor Ruy Galvão de Andrada Coelho, meu colega de turma, companheiro de vida intelectual, amigo desde a mocidade. Agradeço as palavras do Professor João Alexandre Costa Barbosa, amigo que analisou tão generosamente os meus trabalhos e representa a valiosa presença da equipe que tive a felicidade de constituir no setor de Teoria Literária e Literatura Comparada. Agradeço a honrosa solidariedade dos professores da Faculdade de Direito. Agradeço a afetuosa mensagem dos meus companheiros do Partido dos Trabalhadores. Agradeço a presença de todos os que tiveram a bondade de comparecer a esta cerimônia. Agradeço, finalmente e sobretudo, à ilustre Congregação, que me conferiu o título entre todos honroso de Professor Emérito.

Fazendo estes agradecimentos, penso em alguns mestres e colegas que mereceram e merecem muito mais do que eu esta honraria, e estão no meu espírito como exemplos de desempenho universitário, pelas qualidades de liderança e a marca profunda que deixaram. Para mencionar apenas aqueles com quem trabalhei intimamente, lembro um que teve a oportunidade de recebê-lo, o grande mestre Fernando de Azevedo, combatente lúcido e arrojado na luta pela modernização do ensino em todos os níveis. Ele elaborou o estatuto básico da Universidade de São Paulo, da qual foi um dos principais fundadores; e se caracterizou nesta Casa pelo empenho na melhor política universitária.

* Discurso pronunciado por Antonio Candido de Mello e Souza quando recebeu o título de Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 30 de agosto de 1984. Originalmente publicado na revista *Língua e Literatura*, v. 10-13, p. 115-20, São Paulo, 1984. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1984.114567>

^I Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

No mesmo sentido de destemor imaginoso e presença enriquecedora atuou Lourival Gomes Machado, que não chegou a receber este título, que tanto merecia. A ele deve a Universidade a afinação da sua Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; a ele deve o Brasil um papel decisivo no processo de constituir e orientar as Bienais de Arte; a ele devemos todos uma ação humana e fraterna.

Não recebeu também este título, entre os vivos, o grande excluído, Florestan Fernandes, mau amigo e companheiro de trabalho, que de certo modo fazia um corpo só com a nossa Faculdade, pela apaixonada identificação aos seus problemas, a inflexível bravura, a atividade criadora completada pela capacidade de inspirar o trabalho dos jovens, mostrar caminhos e discernir os pontos em que a vida universitária conflui com a ação política. Separado brutalmente do nosso convívio institucional, com outros colegas notáveis, alguns dos quais seus discípulos, ele é o Emérito por excelência.

Quanto a mim, o que houve é que tive o ensejo valioso de conviver com estes e muitos outros de grande categoria, a partir do grupo que integrou nesta Faculdade, no ano de 1947 a revista *Clima*, reunindo estudantes e alguns recém-formados, que acabaram todos no corpo docente da Universidade de São Paulo.

Além dos professores, devo a colegas como estes, e tantos outros, muito do que sou e pude fazer, porque encarnaram a força da convivência intelectual e afetiva que encontrei nesta Casa, e é tão importante quanto o estudo e o ensino sistemático. A respeito, seria o caso de citar o dito de Oscar Wilde, segundo o qual “a instrução é uma coisa admirável; mas convém lembrar de vez em quando que nada do que é essencial pode ser ensinado”. Por estas e outras coisas, de que passarei a falar, talvez haja certo paradoxo no fato de tamanha distinção ser conferida individualmente a mim, pois sempre recebi tanto da Faculdade de Filosofia, que me sinto devedor permanente, tratado como se fosse credor de alguma coisa.

Com efeito, desde que entrei na 1ª seção do extinto e excelente Colégio Universitário, em 1937, até me aposentar em 1978, tive o privilégio de aprender o que de melhor havia, ser aluno de professores notáveis, conviver com colegas e alunos que se tornaram companheiros de vida, ter na profissão docente o apoio material e as condições espirituais para fazer o que desejava.

Em 1939 fui admitido ao curso superior em duas escolas: esta e a de Direito. Se a minha vocação estava aqui, na de Direito recebi o ensino de alguns mestres exemplares, mergulhei durante anos numa das melhores bibliotecas de São Paulo e, sobretudo, recebi do ambiente estímulo para definir uma consciência política. Nela me iniciei na atividade contra a ditadura daquele tempo, – primeiro, entre colegas liberais; depois, entre

colegas socialistas, reunidos para o mesmo combate. A Faculdade de Direito foi a minha grande escola de cidadania.

Na Faculdade de Filosofia, a minha geração entrou em contato com os aspectos mais positivos da cultura das metrópoles, através de mestres que funcionavam como heróis civilizadores. A sua importância decisiva está no ato de nos haverem lançado em dois rumos complementares: a iniciação nos processos pertinentes do saber desinteressado; e a consciência de que a realidade do nosso país era o objeto central de sua aplicação.

Não estou querendo dizer esta coisa óbvia, que o conhecimento deve completar-se pela prática, ou se justifica enquanto caminho para ela. Mesmo porque, era isto que se fazia no Brasil em matéria de cultura superior, orientada pela natureza das profissões liberais. Estou querendo dizer o contrário: a Faculdade de Filosofia foi criada para alterar a perspectiva e desenvolver de maneira sistemática o saber que se chama desinteressado, pois só ele permite aprofundar a investigação que faz progredir o conhecimento e, portanto, a sua aplicação eventual.

Os mestres estrangeiros, chamados com este pressuposto pelos fundadores da Universidade, mostraram que é indispensável o momento de suspensão do ato, a fim de instaurar o conhecimento, abrindo caminho para restaurar corretamente o ato como conhecimento inserido no mundo. Por isso, para compreender a sua contribuição é preciso encarar esses mestres como um grupo diferenciado, onde alguns se absorviam na especulação, outros se voltavam imediatamente para o concreto, mas todos elaboravam a atmosfera renovadora que permite desligar a matemática da engenharia, a ciência política da prática jurídica, a teoria literária da análise gramatical. O saber correto exige um empenho intelectual e moral tão importante quanto a participação na vida.

A propósito das duas vertentes que mencionei, talvez caiba um exemplo tomado ao desempenho da primeira turma de alunos dos professores estrangeiros: penso em Lívio Teixeira, voltado para a análise sábia dos grandes clássicos da Filosofia, e João Cruz Costa, aplicando a reflexão às ideias no Brasil. Juntos, representam não apenas a divisão do trabalho intelectual, mas a função de síntese criadora da universidade como grupo diversificado.

Isto foi possível por certos motivos, dos quais destaco dois.

Primeiro, o fato dos professores estrangeiros não atuarem por meio de uma presença esporádica e passageira, mas durante o tempo de uma geração, envolvendo, em períodos variáveis, quase cem cientistas, pesquisadores, intelectuais, na maioria franceses, alemães e italianos, com alguns portugueses, espanhóis e ingleses. Foi como se os mecanismos universitários dos altos centros passassem a funcionar aqui na medida do possível, permitindo uma assimilação criadora. Antes, havia sobretudo adaptação mais ou menos feliz, mediada pela distância e o contato fugaz.

Com a presença duradoura, o pensamento e a ciência dos centros europeus passaram a ser produzidos aqui de maneira contínua, construindo um habitat e deixando de ser coisa imposta ou imitada. Numa palavra, formou-se entre nós a possibilidade de elaborar e transmitir cultura segundo o teor dos países mais avançados, e dentro das nossas limitações estruturais. Com isto, rasgou-se a tradição do papel carbono.

Aqui entra o segundo motivo: a presença dos mestres estrangeiros ocorreu num momento em que o Brasil já havia amadurecido a visão de si mesmo, e criado um equipamento cultural que, embora modesto, era capaz de receber influências sem se desfigurar. Ao contrário dos jesuítas no período colonial, e diferente da Missão Artística Francesa no começo do século XIX, os professores contratados pela Universidade de São Paulo não plantaram no deserto, ou em terra quase inculta; mas se ajustaram a um meio capaz de absorver a sua contribuição com liberdade, – e não sofrê-la como imposição. Tanto assim, que houve uma ponderável contracorrente, com o Brasil influenciando sobre o temário, a sensibilidade e a visão do mundo dos nossos mestres europeus.

Por aí se vê que a presença estrangeira não foi alienante, mas instauradora, na medida em que nos dotou de iniciativa. Caio Prado Júnior, o grande mestre, me contou diversas vezes que aprendeu com Pierre Deffontaines a *ver* a sua terra, que antes apenas *olhava*. Não espanta que a nossa Faculdade, na sua estrutura gloriosamente complexa dos anos que vão de 1934 a 1969, tenha sido ponto de referência tão importante para toda a universidade brasileira. Ela foi, sem dúvida, um acontecimento fundamental na história da cultura do país, no quadro igualmente importante de uma integração universitária cuja realização se deveu principalmente ao ideal e ao esforço de Julio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo.

No setor das Ciências Humanas e da Filosofia, onde me formei, é preciso registrar, além disso, que a presença dos professores foi, senão um magistério explícito, uma sugestão de radicalidade cultural e, até certo ponto, política. Alguns deles eram, mesmo, conservadores, enquanto outros se aproximavam mais ou menos das ideologias da Frente Popular, o *Front Populaire*, que nos primeiros anos de vida da Faculdade predominava na França e tinha grande impacto entre nós, somando-se à simpatia pelos republicanos espanhóis em luta contra o fascismo. Mas, tanto os conservadores quanto os radicais nos iniciaram na atitude básica do intelectual, o inconformismo, que vai desde a desconfiança com o saber estabelecido, até as afirmações de rebeldia política; que vai desde o desprezo pelo argumento de autoridade, o culto da citação ornamental, o uso da inteligência como exibicionismo, – até a crítica da organização social, a procura dos aspectos escamoteados da realidade, o desejo de trabalhar pela sua transformação. Os nossos mestres franceses nos

ajudaram a ver o Brasil real, porque isto era consequência da atitude crítica que nos ensinaram.

Estas palavras são ditas para sugerir o quanto devo à Faculdade, que foi o mundo onde vivi e amadureci, ao compasso de uma experiência universitária inédita no Brasil, que procuramos não trair em relação aos nossos estudantes. Nesta casa formou-se a minha geração, que inclui o nosso Diretor Ruy Galvão de Andrada Coelho e tantos colegas presentes. Formaram-se outras gerações neste meio século, formaram-se os meus alunos, nos quais penso neste momento com o afeto e a consideração de quem teve neles o principal ponto de referência da sua atividade, e deles recebeu mais do que pôde dar. Nós participamos, portanto, de uma grande experiência cultural, e isto justifica a posição de deslumbramento que foi nossa durante tanto tempo. Mas não seríamos fiéis ao que aprendemos e vivemos aqui, se não tivéssemos sido capazes de desenvolver a crítica da instituição, nos momentos em que ela pareceu solicitar a análise corretora.

Nos últimos vinte anos, partilhamos todos as agruras de um momento negativo na vida do país, com a instauração da ditadura militar em 1964. O que ela custou à nossa Faculdade, sobretudo a partir de 1968, não precisa ser lembrado, porque está vivo nos ferimentos abertos, – que foram da invasão e depredação dos nossos locais de trabalho à exclusão de colegas; da perseguição a nossos alunos ao estabelecimento de um mecanismo sujo e sorrateiro de espionagem, delação e restrição de toda ordem. Este estado de coisas correspondeu ao momento de crise da instituição, das reformas goradas e das reformas impostas, do desmembramento da Faculdade e da consciência de que muitas das nossas normas estavam desajustadas.

Ainda então a Faculdade reagiu dentro do seu espírito de radicalidade aberta, ao desempenhar, com institutos dela desmembrados, um papel decisivo nos movimentos democráticos da Universidade de São Paulo. Aqui, em nossa Universidade, nasceu o movimento das associações realmente atuantes de docentes do ensino superior, que se espalhou pelo país a partir da nossa, e hoje é uma das forças renovadoras do sistema universitário. Aqui teve lugar a primeira greve brasileira de docentes universitários do ensino público, marco histórico que mostrou como em nosso tempo estava se acabando a figura do “gentleman and scholar”, circulando no ambiente cooptativo dos organismos fechados como clubes de elite; que mostrou como, ante o crescimento numérico e a pauperização da categoria, era preciso, tanto a aliança com outras categorias, quanto a atitude dos que lutam em nível de massa, como a passeata, o comício, a reivindicação coletiva, a greve. Aqui amadureceu a aliança entre docentes e funcionários, que terá certamente papel importante na fisionomia futura da universidade, à busca de novos critérios para se organizar segundo uma ordenação e uma autoridade refundidas pelo espírito democrático. Portanto, na Universidade de São Paulo em geral, na nossa escola em

particular, persistem condições para enfrentar a crise que a todos inquieta, porque é o reflexo desta imensa mudança da civilização que, segundo um antigo professor da Casa, Claude Lévi-Strauss, só tem paralelo nos acontecimentos obscuros que marcaram há milênios a humanização efetiva do homem.

Creio que a reflexão sobre as nossas raízes faz ter confiança no futuro, mesmo porque o futuro se constrói. Chegaremos a uma universidade onde a atividade política não sirva de pretexto para escapar à dura e difícil tarefa do saber, que exige concentração e sacrifício, em etapas nas quais o estudioso pode pôr o mundo entre parênteses. Uma universidade onde, reciprocamente, a busca fundamental do saber não seja pretexto para ignorar os graves problemas do tempo, nem o dever de participar para a sua solução. Se prefiro ser otimista, é porque cresci intelectualmente numa escola que trouxe tanta coisa importante ao nosso país, e tem recursos para se renovar.

Pensando nessas coisas todas, nas figuras que evoquei, nos amigos que marcaram a minha vida aqui, na imensa contribuição desta Faculdade e de toda a nossa Universidade de São Paulo, foi que avaliei o significado deste último título. Por isso, é com máxima sinceridade que digo, meu caro Diretor, meus caros colegas, meus caros amigos, que não imaginam a que ponto me sinto honrado e agradecido.

Antonio Candido de Mello e Souza foi escritor e ensaísta, um dos mais importantes críticos literários brasileiros. Em 1937, iniciou os cursos de Direito e de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Formou-se em Ciências Sociais em 1941. Tornou-se livre-docente de Literatura Brasileira em 1945 e doutor em Ciências em 1954. Em 1974, passou a professor titular de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, cargo em que se aposentou em 1978. Foi professor associado de Literatura Brasileira na Universidade de Paris, de 1964 a 66, e, em 1968, professor visitante de Literatura Brasileira e Literatura Comparada na Universidade de Yale. Foi coordenador do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, de 1976 a 78. Foi Professor Emérito da USP e da UNESP, doutor *honoris causa* da Unicamp e professor honorário do IEA. De suas obras de crítica literária, a mais importante é *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)*, de 1959. Como ensaio sociológico, é considerado clássico seu estudo sobre o caipira paulista e sua transformação, *Os Parceiros do Rio Bonito* (1964). Entre os prêmios recebidos estão: Jabuti de Literatura (1965 e 1993), Machado de Assis (1993), Anísio Teixeira (1996), Camões (1998) e Juca Pato (2007). Faleceu em 12 de maio de 2017.